



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
UNIDADE ACADÊMICA DE SERRA TALHADA  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**ALEXANDRE DOMINGOS LOPES**

**ANÁLISE COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO  
FINANCEIRA DO BRASIL**

**SERRA TALHADA - PE**

**2022**

ALEXANDRE DOMINGOS LOPES

**ANÁLISE COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO  
FINANCEIRA DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração da Unidade Acadêmica de Serra Talhada da Universidade Federal Rural de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel(a) em Administração.

**Orientadora:** Profa. Dra. Trícia Thaíse e Silva Pontes

SERRA TALHADA - PE

2022

# ANÁLISE COMPARATIVA DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL

Alexandre Domingos Lopes  
alexandrelopes847@gmail.com

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada,  
Curso de Bacharelado em Administração.  
Profa. Dra. Trícia Thaíse e Silva Pontes  
tricia.pontes@ufrpe.br

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada,  
Curso de Bacharelado em Administração.

## RESUMO

O presente estudo visa comparar os principais programas que propõem a implementação da educação financeira nas escolas públicas do Brasil. Para isso, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa e método de análise de conteúdo, conforme definido por Bardin (2016). A análise foi realizada a partir dos dados e informações coletadas nos sites e documentos referentes ao programa Aprender Valor (2019) e ao programa Educação Financeira na Escola (2021). Os programas dependem inicialmente da disseminação por parte dos idealizadores, posteriormente da adesão das instituições de ensino, com o foco exclusivo nos professores, sendo eles as peças fundamentais para levar a educação financeira aos alunos. Uma lacuna encontrada nos programas é a deficiência na disseminação, é necessária uma mudança nas definições para que a implementação da educação financeira ocorra de uma forma mais eficaz, atingindo o público-alvo. Os coordenadores da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), junto aos órgãos competentes, precisam rever o método para aplicar essa política pública com qualidade, priorizando a divulgação e realizando as ações de forma mais unificada para que a educação financeira chegue aos alunos de forma mais ampla e as mudanças no comportamento relacionado ao dinheiro possam ser percebidas em um futuro próximo.

**Palavras-chave:** Analfabetismo Financeiro; Alunos; Escolas.

## ABSTRACT

The present study aims to compare the main programs that propose the implementation of financial education in public schools in Brazil. For this, exploratory research was developed, with a qualitative approach and content analysis method, as defined by Bardin (2016). The analysis was carried out from the data and information collected on the websites and documents related to the Learning Value program (2019) and the Financial Education at School program (2021). The programs initially depend on dissemination by the creators, later on the adherence of educational institutions, with the exclusive focus on teachers, who are the fundamental pieces to bring financial education to students. A gap found in the programs is the deficiency in dissemination, a change in definitions is necessary so that the implementation of financial education occurs in a more effective way, reaching the target audience. The coordinators of the National Strategy for Financial Education (ENEF), together with the competent bodies, need to review the method to apply this public policy with quality, prioritizing dissemination and carrying out actions in a more unified way so that financial education reaches students in a more unified way. broader and changes in money-related behavior can be noticed in the near future.

**Keywords:** Financial Illiteracy; Students; School.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é uma forma de orientar as pessoas quanto ao uso adequado de suas finanças. A intenção principal em levar tal conhecimento às crianças e adolescentes em sala de aula é instigar a responsabilidade com as finanças desde cedo, além de ser uma forma de fazer com que o conhecimento adquirido chegue aos pais e responsáveis (BRASIL, 2017).

Ao longo dos anos, vários países têm passado a perceber a educação financeira como uma forma de melhorar a vida das pessoas, a partir do entendimento de que as complicações sociais e econômicas são prolongadas com o baixo nível de conhecimento de educação financeira em grande parte da sociedade mundial, fazendo com que os governantes desenvolvam políticas públicas direcionadas (OCDE, 2005). Conforme Grohmann, Klühs e Menkhoff (2018), o nível da compreensão e entendimento financeiros dos indivíduos age como um elemento decisivo para o grau de cidadania financeira de uma pessoa. Visto que, para a destinação de políticas, fortalecer o conhecimento financeiro dos cidadãos apresenta um efeito positivo sobre aqueles que não tem.

No Brasil, o tema da educação financeira passou a ser tratado com mais atenção no ano de 2010, com a intenção de impulsionar ações sobre educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, sendo instituída a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) através do Decreto nº 7.397/2010, revogado em 2019 pelo Decreto 10.393/2020, que instituiu a nova ENEF e o Fórum Nacional de Educação Financeira (FBEF). O FBEF é um colegiado que compete identificar, articular, promover e divulgar as ações referentes à educação financeira entre os órgãos e instituições públicas e privadas, que venham propor atividades sobre educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal, estimulando as interações entre esses órgãos (BRASIL, 2019).

A partir do decreto acima referenciado, iniciativas começaram a ser desenvolvidas, e ações para promover a educação financeira no Brasil. Em 2019, o Banco Central criou o programa Aprender Valor com a finalidade de incentivar os alunos das escolas públicas a desenvolverem habilidades e competências sobre finanças, a partir da formação de gestores e professores (APRENDER VALOR, 2019).

No ano de 2021, a Comissão de Valores Mobiliários, em parceria com o Ministério da Educação, desenvolveu o Programa Educação Financeira na Escola, que tem o objetivo de formar professores da educação básica por meio de cursos online e propagar a educação financeira nas escolas brasileiras. Dessa forma, os alunos conseguiram desenvolver competências de modo que passem a organizar, poupar, investir, e ter um consumo consciente

(EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA, 2021).

A educação direciona indivíduos a mudanças, com isso novos processos educacionais surgem para conduzir as pessoas a um futuro melhor, assim com uma visão global onde países estão se adaptando ao ensino da educação financeira às escolas. Dessa forma, visando mudança e melhoria na vida das pessoas, possibilitando que a educação financeira esteja presente na vida de crianças e adolescentes, colocando assim para o ensino fundamental essa tarefa importante, sendo os professores protagonistas dessa tarefa tão importante, com essa nova modalidade de ensino, o Brasil está se adequando para conduzir essa nova dinâmica educacional (VIDA E DINHEIRO, 2019).

Propagando-o o conhecimento sobre o uso correto do dinheiro, há grande possibilidade de evitar endividamentos futuros, além da expectativa de melhoria de vida a partir da mudança de hábitos e mais conhecimento para tomar decisões financeiras conscientes. Sabe-se que para tal é preciso fazer com que os programas sejam efetivados, assim como, buscar o aperfeiçoamento dos mesmos uma vez que ainda possuem algumas lacunas. Desse modo, este trabalho busca contribuir para a ampliação do conhecimento sobre essa política pública tão importante que combate o analfabetismo financeiro por meio da educação financeira nas escolas.

Com base nesse contexto, o presente estudo realiza uma análise comparativa dos dois principais programas de educação financeira do Brasil a fim de identificar as implicações destes no cenário nacional e possíveis lacunas que, se solucionadas, possam contribuir para a ampliação da educação financeira no país. Para isso, realizou-se uma pesquisa exploratória e qualitativa, com aplicação do método de análise de conteúdo a partir dos sites dos programas e de instituições relacionadas, bem como pesquisas e relatórios divulgados por órgãos competentes.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO BRASIL**

Conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) define que a educação financeira é o processo no qual os indivíduos tenham melhor compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, com informação, orientação e formação que possam levar a se tornarem capazes e conscientes, minimizando os riscos na tomada de decisões, para assim fazer as escolhas que melhorem a forma como a sociedade se compromete com suas decisões futuras, gerando assim um impacto sustentável relativo na vida de cada pessoa com o conhecimento financeiro adequado (OCDE, 2005).

A educação financeira pode ser entendida ainda, como um processo pelo qual os consumidores melhoram sua compreensão sobre os produtos financeiros por meio das informações, orientação e instruções, de modo a se tornarem mais confiantes, com novas habilidades desenvolvidas levando-os a terem mais consciência e gerando oportunidades com poucos riscos ao uso de suas finanças (HOFFMANN, 2016). Desse modo, conforme sintetiza Modernell (2014), a educação financeira consiste na criação de hábitos saudáveis e atitudes esclarecidas com formas adequadas para um bom planejamento do uso das finanças pessoais.

A Constituição Federal mostra a importância da educação e suas especificidades, como direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, Constituição Federal, 1988).

Em conformidade com a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, em seu artigo Art. 1º, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996).

### **2.1.1 A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**

A Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) é uma política pública criada em 2010 com a finalidade de promover a educação financeira, previdenciária, securitária e fiscal da população brasileira, visando o fortalecimento da cidadania. Para assim poder mobilizar ações da educação financeira à população, ajudar nas suas tomadas de decisões e conscientizar quanto ao uso dos recursos financeiros de acordo com o Decreto Federal 7.397/2010 (BRASIL, 2010).

Criada por meio do Decreto Federal 7.397/2010, a ENEF é guiada por um plano diretor, deliberada com a composição de programas transversais e setoriais, sendo coordenados de forma centralizada e executados de forma descentralizada. Quando a ENEF foi criada, sua coordenação era executada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF). Posteriormente, a CONEF foi extinta pelo Decreto Federal nº 10.393/2020, que instituiu a nova ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) (BRASIL, 2020).

De acordo com o Decreto 10.393/2020 em seu artigo 2º, o Fórum Brasileiro de Educação Financeira é um órgão dirigente articulado que incumbe a execução e determinação dos princípios da Estratégia Nacional de Educação Financeira; de transmitir as tarefas sobre educação financeira, previdenciária e fiscal, recomendadas por seus membros e outras

instituições e organizações públicas e privadas, compartilhando as informações acerca da educação financeira entre as entidades e seus representantes, no sentido de identificar oportunidades de articulação; possibilitar o diálogo entre as organizações públicas e privadas incentivando a cada instante a inclusão das ações da educação financeira, secundária, previdenciária e fiscal (BRASIL, 2020).

Atualmente a FBEF é um ambiente colaborativo de articulação financeira em todo o país, sendo presidido pelo Banco Central. Sua composição inclui diversas unidades relacionadas a fins financeiros e econômicos que são formados pelo Banco Central do Brasil (BCB); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC); Secretaria do Tesouro Nacional (STN); Secretaria de Previdência da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); Secretaria Nacional do Consumidor (SENACOM); e Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2020).

Cabe ressaltar que o FBEF não é um órgão executor da política de educação financeira, seu papel é disseminar os princípios fundamentais que são: a atuação permanente no âmbito nacional; a prevalência do interesse público; atuação por meio de informação, formação e orientação; formação de parcerias com órgãos ou entidades públicas e com instituições privadas; avaliação e revisão das ações implementadas; e proibição de oferta de produtos e serviços nas ações de educação financeira. Dessa forma, foi criada diretrizes de acordo com as recomendações da OCDE, essas diretrizes adotadas pelo FBEF precisam considerar a realidade nacional, são elas: governança e coordenação; planejamento e articulação; ciclos de mensuração e mapeamento; liderança e orientação em educação financeira; planos de ação; reconhecimento de ações de terceiros; comunicação e prestação de contas; conforme comunicado FBEF nº 1/2021 (BRASIL, 2021).

Dentre essas ações, várias iniciativas e programas foram criados com o intuito de levar à sociedade o conhecimento sobre finanças pessoais, por meio de um portfólio oferecido pela FBEF disponibilizado na plataforma do Banco Central, como a calculadora do cidadão que tem a finalidade de simular operações financeiras a partir das informações fornecidas pelo usuário, cursos em gestão de finanças pessoais, cartilhas sobre finanças e controle para as crianças, fichas de atividades para o ensino fundamental, vídeos e podcast em vários sites, direcionado ao tema finanças, sendo elas realizadas por membros de organizações parceiras, disseminando a educação financeira à sociedade, por meio de programas de formação. Para assim buscar descentralizar as iniciativas e ações levando a efetivação da ENEF em todo o território nacional, com participação ativa da sociedade de diferentes classes sociais de modo a contribuir para o

bem-estar financeiro dos brasileiros, segundo o comunicado FBEF n° 2/2021 (BRASIL, 2021).

O FBEF para dar transparência das ações e atividades realizadas divulgou em seu relatório anual os resultados obtidos das ações executadas na esfera do Fórum, além de atualizar o plano de ação da FBEF de novas ações a serem implementadas, destacando a realização de duas edições da Semana Nacional de Educação Financeira, que tiveram a participação de membros do FBEF, várias organizações e cidadãos do país, alcançando mais de cem milhões de pessoas por ano, de acordo com a divulgação do relatório de atividades, no comunicado FBEF no° 3/2022 (BRASIL, 2022).

Uma das principais ações da ENEF é a Semana Nacional de Educação Financeira, que ocorre desde 2014, após a mudança da ENEF e a nova proposta junto com o Fórum Nacional de Educação Financeira, foram realizadas duas edições em 2020 e 2021. Desde seu lançamento a semana nacional de educação financeira vem tendo visibilidade através do empenho das instituições públicas, cooperativas, bancos e suas entidades de classes, no setor secundário, fundos de pensão e representantes da sociedade civil. A semana nacional de educação financeira, em suas duas últimas edições, trouxe temas importantes, na 7° edição com o tema: “Resiliência financeira: como atravessar a crise?”, e na 8° edição: “Planejamento, Poupança e Crédito Consciente: o PLA-POU-CRÉ e a sua saúde financeira” (FBEF, 2021).

Ainda tratando da semana ENEF que conta com a participação de entidades públicas, privadas e pessoas físicas, para participar o interessado deve seguir os princípios da ENEF, além dos critérios: ser gratuito, não fazer direcionamento a nenhuma oferta de produto ou serviço, e não direcionar a nenhum viés comercial. Existem mais de mil iniciativas disseminadas ao longo das edições da semana ENEF, com diversos temas: consumo, poupança, crédito, planejamento, cooperativismo, empreendedorismo e direitos e deveres acerca da educação financeira, assim como podem ser encontrados nos relatórios que estão disponíveis no site da Semana da Educação Financeira, como também informações importantes sobre as iniciativas (FBEF, 2021).

De acordo com o Relatório de Cidadania Financeira (2021), a Rede Internacional de Educação Financeira (OCDE-INFE) recomenda que a educação financeira inicie o mais cedo possível na vida das pessoas sendo ensinada nas escolas. Com esse pensamento, observado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi homologada em 2017 e passando a vigorar em 2020, a inclusão da educação financeira para crianças e jovens, adicionando de forma obrigatória o conteúdo no ensino fundamental e médio de forma transversal. Desse modo, todas as escolas públicas das redes municipais e estaduais do país, devem levar a discussão acerca da educação financeira aos alunos, aproximando o aprendizado da realidade, contribuindo para uma experiência mais significativa no mundo atual.

### **2.1.2 Programa Aprender Valor**

O Programa Aprender Valor é uma das iniciativas do Banco Central para disseminar a educação financeira nas escolas, partindo da consideração de urgência social da educação financeira e dos impactos na vida individual e comunitária provocados pela forma como as pessoas lidam com os gastos, os seus recursos financeiros e materiais. O programa é financiado pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça e Segurança do Trabalho. A forma de implantação do programa nas escolas é por meio de projetos que apliquem a educação financeira nos diferentes componentes curriculares. Os gestores e professores passam por uma capacitação online, para assim integrar o conteúdo nas diversas disciplinas, como Português, Matemática, Geografia, etc. O programa é aplicado de forma transversal através de temáticas: Planejar o uso dos Recursos Financeiros - PLA; Poupar ativamente - POU; e Gerenciar o uso de crédito - CRÉ. Os programas são disponibilizados em formato presencial ou online para o uso em sala de aula e para avaliações de aprendizagem e impactos (APRENDER VALOR, 2021).

Em sua fase teste, destinada às turmas do 5º, 7º e 9º ano, o Programa Aprender Valor teve a participação de 429 escolas em 257 municípios, onde foram cadastrados 4,6 mil profissionais e 33 mil estudantes, destes mais de 14 mil participaram da avaliação de entrada nos seis Estados e o Distrito Federal.

A avaliação teste favoreceu a aplicação do programa Aprender Valor durante o período de expansão, com a ampliação para todas as escolas públicas de ensino fundamental do país. As atividades da fase de expansão abrangem desde o cadastro dos professores e estudantes, a formação de gestores e professores, a realização de projetos escolares, avaliações de conhecimento dos estudantes e a avaliação de resultados (APRENDER VALOR, 2022).

### **2.1.3 Programa Educação Financeira nas Escolas**

No ano de 2021 foi lançado o programa Educação Financeira nas Escolas que tem como objetivo ofertar aos professores cursos gratuitos sobre educação financeira por meio de uma plataforma EAD exclusiva, para propagar a educação financeira nas escolas do Brasil. O programa é resultado do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Ministério da Educação (MEC). O ACT destina-se à criação de propostas educacionais, com pesquisas e materiais educativos, divulgação; ensino da educação financeira

a crianças, adolescentes e adultos; suporte na preparação de educadores; qualificação técnica relacionadas à inovação, mercados e capitais; e consulta com os professores e alunos participantes da capacitação. O acordo alcança todo território nacional, abrangendo as escolas públicas, privadas e escolas cívico-militares, seu público alvo é exclusivo de professores dos ensinos fundamental e médio (CVM, MEC, 2021).

Assim, apresentando no Quadro 1, as ações que compõem o Programa Educação Financeira na Escola.

**Quadro 1 - Ações do Programa Educação Financeira na Escola**

<b>Ações</b>	
<b>Plataforma</b>	Existe um site contendo material para os professores, links com as normativas do MEC, as regulamentações da formação e um conjunto de divulgações em relação a educação financeira e temas afins.
<b>E-learning</b>	Cursos criados pelo SEBRAE específicos para formação primária de professores em educação financeira.
<b>Rede de Excelência</b>	Essa rede é formada por um grupo de especialistas de todas as regiões do Brasil capacitados para atuar de forma orientadora e didática.
<b>Prêmios</b>	Além de certificados, o curso concederá uma premiação para aqueles professores que concluírem a formação.
<b>Redes Sociais</b>	Contas foram criadas para disseminar as informações sobre a educação financeira, essas informações partirão dos professores que concluírem o curso com o uso do Telegram, aos jovens foi criada uma conta no Tik Tok, que essa possa está promovendo as atividades sobre educação financeira.
<b>OBEF</b>	Olimpíadas Brasileira da Educação Financeira, criada pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que também está dentro das ações do acordo, para estimular os jovens sobre a educação financeira.
<b>Parcerias</b>	Instituições parceiras na formação de professores para a educação financeira do ensino fundamental e médio, podendo-se citar a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais-ANBIMA; Bolsa de Valores do Brasil-B3; Associação Brasileira de Planejamento Financeiro-PLANEJAR; Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas-SEBRAE e o Sistema de Cooperativas de Créditos do Brasil-SICCOB.

**Fonte:** Elaboração própria (2022)

A CVM tem o papel de coordenar o programa e buscar parcerias, apoio e patrocinadores, sendo responsável também pela preparação do material, criação da plataforma digital, verificação dos impactos e divulgação dos resultados. O MEC, por sua vez, é responsável pela articulação com os municípios para assim efetivar o programa nas escolas; cativar os professores; bem como, fazer a divulgação da plataforma e dos eventos.

O programa espera preparar 500 mil professores no período de três anos e instruir 25 milhões de alunos da educação básica, nas instituições de ensino público e privado. A formação acontecerá de forma gradual, com a expectativa de instruir 75 mil professores no primeiro ano, 250 mil professores no segundo e 175 mil professores no terceiro ano do programa. De acordo

com a CVM, o programa deve alcançar 500 mil professores nos três primeiros anos de existência (CVM, MEC, 2021).

De acordo com o relatório do banco mundial sobre um projeto piloto sobre educação financeira, efetuado nas escolas públicas do ensino médio no Brasil, entre 2010 e 2011, onde foram observados resultados individuais positivos que indicam melhorias para o desenvolvimento do país, se o projeto fosse executado em larga escala. Resultou num aumento de 1% de atuação de jovens com a criação de poupanças, 21% obtiveram organização em seus gastos pessoais, criando meios de administrar corretamente suas finanças, e 4% deles tiveram início de planejamento nas formas de pagamentos aprendendo a negociar, também levaram as suas famílias essas relações do planejar, controlar os bens financeiros da família, tudo após a participação dos jovens nas atividades propostas sobre educação financeira, fazendo com que pudessem interagir melhor (EDUCAÇÃO FINANCEIRA NAS ESCOLAS, 2021).

## **2.2 Estudos Anteriores**

A educação financeira tem sido abordada pela literatura a partir de diferentes perspectivas. Potrich, Vieira e Kirk (2015) evidenciaram que o conhecimento financeiro depende de algumas variáveis, como: gênero, pessoa com dependentes e sem dependentes, emprego, escolaridade, escolaridade da mãe, o ganho familiar e ganho próprio. Apontando que os homens compreendem mais sobre alfabetização financeira do que as mulheres, indivíduos com dependentes possuem nível de conhecimento menor em relação aos que não tem dependentes, os indivíduos que trabalham têm maior conhecimento financeiro do que os que não trabalham e, como esperado, o nível de conhecimento financeiro cresce a partir do grau de escolaridade de cada indivíduo. Assim, seu estudo avalia que o conhecimento financeiro dos indivíduos necessita que seja disseminado em todas as categorias, trabalho, família, escola, a partir de uma abordagem direta sobre o tema.

Fantin (2020) desenvolveu uma análise comparativa entre o Brasil, Estados Unidos, Hong Kong, Rússia e Nova Zelândia quanto às suas políticas públicas de educação financeira. Os resultados mostraram que a política da educação financeira em alguns países foi efetivada por força de leis primárias, como nos EUA e Hong Kong, enquanto que o Brasil e a Rússia instituíram seus programas por leis secundárias. A Nova Zelândia, por sua vez, atribui essa responsabilidade representada por uma autoridade nacional escolhida e a ser tratada pelas estatais, com a competência de acompanhar os mercados financeiros e a proteção dos consumidores. Foram encontrados elementos comuns nos programas de educação financeira dos

países, entretanto, o autor destaca que o Brasil ainda precisa avançar no aprimoramento de tal política, devendo ter maior amplitude no território Nacional e que seja eficiente em busca de novas metas, diante do baixo índice de conhecimento dos envolvidos na análise sobre o tema.

Cunha (2020), por sua vez, descreve em sua análise que a educação financeira precisa ser tratada de forma contínua e que seus formuladores possam estar alinhados com os atores envolvidos na política educacional, tratando o que está definido no plano internacional da OCDE, onde os poderes públicos junto com os multiplicadores possam garantir que tenha qualidade e legitimidade. Para que a educação financeira nas escolas seja estruturada e funcione, necessita de ações permanentes, a partir do entendimento da importância da temática a ser aplicada com compromisso certo do educador e sua criatividade na adaptação para a realidade local, dessa forma tenha harmonia na sua replicação.

Desse modo, Rossett (2019) interpreta que a educação financeira é uma coleção de costumes que pretende garantir uma reflexão de análise sobre as finanças pessoais com a finalidade de, quando conhecida no contexto educacional, os alunos possam desenvolver um entendimento sobre finanças. Nesse sentido, por meio da educação financeira, pretende-se desenvolver a competência do sujeito consumidor para analisar e avaliar sobre a escolha de suas decisões frente a uma sociedade evoluída.

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto aos objetivos, como exploratória, visto que buscou-se comparar os programas que levam a educação financeira nas escolas, a partir da coleta de análise das informações por eles disponibilizadas. De acordo com Gil (2019), a pesquisa exploratória tem por finalidade oportunizar uma melhor ligação do assunto, com a intenção de torná-lo perceptível ou elaborar teorias. O desenvolvimento inclina-se à flexibilidade, visto que, interessa examinar os vários pontos de vista ligados às informações ou acontecimentos analisados.

Os dados brutos da coleta correspondem aos conteúdos publicados nos sites do Banco Central, do programa Aprender Valor e do Ministério da Educação (MEC), do programa Educação Financeira nas Escolas da CVM, além de relatórios e comunicados do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Ministério da Educação (MEC), do relatório da cidadania financeira (2021) e o relatório Pisa 2018. Assim, para escolha do material da pesquisa, foi realizado um estudo detalhado de cada documento, com a finalidade de observar os conteúdos pertinentes ao objetivo.

Quanto à abordagem, este estudo classifica-se como qualitativo, com aplicação do método de análise de conteúdo. Rey (2013), define a pesquisa qualitativa como um método de criação ativo no qual as teorias do pesquisador estão relacionadas a um padrão especulativo em que condiciona uma frequente tensão com o momento empírico, a autenticidade está na competência da amostra para aumentar sua escolha de clareza acerca do estudo como seu constante aprofundamento em compreender a realidade como sistema. Devido à necessidade de aprofundar-se no tema, nesta pesquisa, a implementação da política educacional nas escolas será analisada como um fenômeno que pode se manifestar nas práticas aplicadas e comportamentos diários.

Na busca por compreender como a política de educação financeira está sendo adotada no país, optou-se pela adoção do método de análise de conteúdo devido à possibilidade de apreender não só a realidade visível dispostas nos documentos analisados, mas também a realidade que se manifesta nas “entrelinhas” dos textos e podem trazer uma nova visão sobre a realidade da política estudada. Bardin (2016), a análise de conteúdo é fundamentada por um grupo de técnicas aplicadas nas diversas formas de comunicação, não se trata de um recurso, mas sim, um conjunto de instrumentos, ou com maior rigidez, será um único objeto, mas frisado por uma grande diferença de modelos e ajustável a um espaço de utilidade amplo. Conforme sintetiza Câmara (2013), na análise de conteúdo, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens considerados na análise.

A análise realizada seguiu o modelo proposto por Bardin (2016), que tal como a descoberta, estabelece em volta de três direções temporais: a pré-análise, a exploração do material, a inferência e de tratamento de resultados.

### **3.1 Pré-análise**

A pré-análise é a etapa que determina a organização do plano de trabalho a ser realizado com precisão e métodos bem estabelecidos, que tem por finalidade tornar conectados e estruturar os pensamentos iniciais. Bardin (2016), afirma que a seleção do material a ser analisado para uma boa elaboração das hipóteses, objetivos e a formação dos indicadores que comprovem a análise final, de modo que, as escolhas dos documentos obedeçam aos objetivos, ou, ao contrário, o objetivo só será viável através dos documentos que estiverem acessíveis.

Nesta etapa, a busca por materiais foi realizada de maneira estruturada, iniciando por sites, leis e decretos acerca do tema abordado, para assim selecionar os dados e informações necessários para análise.

### **3.2 Exploração de materiais**

A exploração de materiais estabelece como traçar as metas do trabalho, definindo que se todos os procedimentos da pré-análise estiverem adequadamente finalizados, a parte do estudo exatamente referida nada mais é que a execução ordenada das medidas tomadas. Isto é, que haja técnicas utilizadas de modo manual ou mecânica, uma fase demorada e entediante, em que se forma sobre os procedimentos de sistematização, transformação ou relação ao uso das disposições anteriormente elaboradas (BARDIN, 2016).

Dessa forma a exploração deu-se por um processo cauteloso, por se tratar de um tema pouco conhecido, sendo realizada a análise dos programas, leituras dos documentos da ENEF, do programa Aprender Valor e do Programa Educação Financeira nas Escolas. O programa Aprender Valor só permite o acesso aos documentos quem está cadastrado no programa, desse modo a análise foi realizada a partir das informações com livre acesso contidas no sites, leis, decretos e documentos, em que, todos esses materiais estão relacionados diretamente ao tema, com a verificação das informações de acordo com as definições e reformas do DECRETO N° 10.393/2020 (BRASIL, 2020).

### **3.3 A Inferência e Tratamento dos Resultados**

Para o tratamento dos resultados e interpretação, o pesquisador procurará tornar os resultados confiáveis e relevantes, a leitura deverá ir além do assunto claro, visto que, importa ao pesquisador um assunto subentendido, o significado que está por trás compreendido. Bardin (2016) afirma que os conhecimentos deduzidos dos assuntos podem ser de qualquer natureza, logo, é fundamental adicionar os fragmentos de concepções alcançadas, colocando em destaque o objetivo que possa estar escondido ou claro de qualquer exploração do conteúdo. Em conformidade com Câmara (2013), na fase de tratamento de resultados, inferência e a interpretação no qual existe uma solidificação nos resultados, em que o explorador conseguirá tornar mais significativos e úteis. A análise precisará ir além do conteúdo expresso nos documentos, visto que, ao pesquisador importa o conteúdo oculto, a percepção que descobre por trás do imediatamente entendido.

## **4. RESULTADOS**

#### 4.1 Análise comparativa dos programas de educação financeira

A fim de comparar os dois principais programas de educação financeira existentes no Brasil atualmente, resumiu-se, no Quadro 2, as principais informações coletadas referentes aos programas Aprender Valor e o programa Educação Financeira nas Escolas.

**Quadro 2 - Programas Aprender Valor e Educação Financeira nas Escolas** (continua)

<b>NOME DO PROGRAMA</b>	<b>APRENDER VALOR</b>	<b>EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA</b>
<b>Ano de lançamento</b>	2019	2021
<b>Instituição</b>	Banco Central	Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Ministério da Educação (MEC)
<b>Apoio</b>	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora- CAEd/UFJF Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça (FDD)	SEBRAE
<b>Público Alvo</b>	Estudantes do 1º e 9º do ensino fundamental das escolas públicas municipais e estaduais, como também técnicos das secretarias de educação, diretores de escolas, professores e equipes pedagógicas.	Professores, alunos do ensino fundamental e médio da rede pública e privada. O programa é aberto a qualquer pessoa.
<b>Fase teste</b>	Sim	Sim
<b>Forma de Adesão</b>	Para participar do programa, é necessário fazer a adesão tanto a rede de ensino estadual quanto municipal por meio da plataforma. Através de contato com a equipe responsável do programa para solicitar a adesão, onde será enviada uma senha para o autocadastro do dirigente estadual. Da mesma forma para o dirigente municipal, esse após o cadastramento será disponibilizado na plataforma para cadastrar os professores e em seguida esses cadastrarem os alunos.	A adesão ao programa é livre, mas existe uma rede de apoio de cada localidade do país que visa fortalecer a estratégia de divulgação da educação financeira nas escolas em todo território brasileiro. Região Norte - Amazonas; Região Nordeste, Paraíba-João Pessoa; Região Sul-Paraná - Maringá, Santa Catarina - Tubarão; Região Sudeste, Minas Gerais, SEBRAE-Minas.
<b>Objetivos</b>	Estimular o desenvolvimento de competências e habilidades de Educação Financeira e Educação para o Consumo em estudantes das escolas públicas brasileiras.	Capacitar 500 mil professores das escolas públicas (municipais, estaduais e militares) em 3 anos.
<b>Recursos educacionais</b>	Plataforma online Avaliação de forma online ou presencial de acordo com a instituição de ensino.	Plataforma online.
<b>Fundos de Financiamentos</b>	Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) do Ministério da Justiça e Segurança.	Convênio entre a (CVM) e o (MEC).
<b>Ações</b>	Adesão das secretarias de educação estaduais e municipais, Formação de gestores e professores; criar projetos escolares, avaliação de aprendizagem,	Sites com matérias para os professores; Cursos online elaborado pelo (SEBRAE);

Fonte: Elaboração própria (2022)

Quadro 2 - Programas Aprender Valor e Educação Financeira nas Escolas

(continuação)

NOME DO PROGRAMA	APRENDER VALOR	EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA
<b>Ações</b>	seminário para divulgação dos resultados e premiação. expansão e avaliação de impacto. No fórum Nacional sobre educação financeira serão apresentados os resultados alcançados através do banco Central.	Grupo criado com a finalidade de orientar de forma pedagógicas os professores; Certificação e premiação para os professores que finalizarem o curso. Contas nas redes sociais, com a finalidade de disseminar as informações sobre a educação financeira como o compartilhamento das informações entre os professores pelo telegram, e no tik tok para divulgação aos jovens; Estímulo através da olimpíada brasileira de educação financeira da UFPB. Parceria com (ANBIMA; B3; PLANEJAR; SEBRAE; SICOOB).
<b>Rede de apoio e seu papel</b>	CAEd/UFJF que é parte do projeto e oferece suporte pelo email: <a href="mailto:suporte.aprendervalor@caed.ufjf.br">suporte.aprendervalor@caed.ufjf.br</a> e pelo site <a href="https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor/participar">https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor/participar</a>  Tem o papel de fornecer informações e tirar dúvidas.	Rede de apoio por região: Norte-Amazonas; Região Nordeste, Paraíba-João Pessoa; Região Sul-Paraná-Maringá, Santa Catarina- Tubarão; Região Sudeste, Minas Gerais, SEBRAE-Minas.  A rede de apoio visa fortalecer a estratégia de divulgação da educação financeira nas escolas em todo território brasileiro.
<b>Formação</b>	Curso online gratuito pela plataforma do Aprender Valor.	Curso online, gratuito pela plataforma SEBRAE.
<b>Materiais Didáticos</b>	Para ter acesso aos materiais tem que estar cadastrado no programa.	Os materiais estão disponíveis para download gratuito no site do programa (versões professor e aluno). Materiais dos cursos: Livros didáticos para o 1º, 2º, 9º ano do ensino fundamental e 1º série do ensino médio.
<b>Canais informativos</b>	espaço “fale conosco”; canal no youtube; canal do Banco Central; chats; e-mail; telefone; instagram.	Podcasts, Fac de perguntas e respostas; e-mail, Tik Tok; Telegram; Instagram; canal no youtube.
<b>Resultados esperados</b>	Alcançar os cerca de 22 milhões de estudantes do ensino fundamental das escolas públicas de todo o país.	Capacitar 500 mil professores e 25 mil alunos nas redes de ensino público e privado no período de 3 anos.
<b>Período do programa</b>	Cronograma do programa de cada período.	Não existe período determinado enquanto estiverem abertos os cursos, sem limites de participantes.
<b>Certificação</b>	Certificados de 40 horas para gestores e 75 horas para professores, emitidos pelo CAEd/UFJF.	Ao todo são 12 certificados, com 40 horas cada curso.
<b>Premiação</b>	São divulgados os números e as escolas com melhor desempenho recebem premiação em dinheiro, reconhecimento e destaque no programa. Em 2021 foram premiadas:	Única premiação encontrada foi um concurso na rede social TIK TOK para o melhor vídeo com a temática "Se Liga Na Cilada".

Fonte: Elaboração própria (2022)

Quadro 2 - Programas Aprender Valor e Educação Financeira nas Escolas

(conclusão)

NOME DO PROGRAMA	APRENDER VALOR	EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ESCOLA
Premiação	<p><b>Com troféus:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Destaque na formação - redes municipais do Paraná;</li> <li>● Destaque engajamento - Redes municipais do Ceará;</li> <li>● Destaque engajamento - Rede estadual do Mato Grosso do Sul;</li> </ul> <p><b>Com recursos financeiros:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Categoria: Formação - Escola de Ensino Fundamental Isaías Cândido Rodrigues de Orós no Ceará.</li> <li>● Categoria: Avaliação - Escola Municipal de Ensino Fundamental de Vila do Rosário, de Castro no Paraná.</li> <li>● Categoria: projetos escolares - Escola Municipal de Ensino Fundamental Coronel Humberto Bezerra de Baixo no Ceará.</li> <li>● Primeiro lugar na categoria engajamento - Escola Municipal Raimunda Coura de Barcellos em Coronel Fabriciano, Minas Gerais.</li> <li>● Segundo lugar na categoria engajamento - Escola de Ensino Fundamental Elodia Tavares de Souza de Acopiara, no Ceará.</li> <li>● Terceiro lugar na categoria engajamento - Escola de Ensino Fundamental Batistina Braga de Assaré, no Ceará.</li> </ul>	

**Fonte:** Elaboração própria (2022)

De acordo com as informações apresentadas no Quadro 2 sobre os programas Aprender Valor e o Educação Financeira nas Escolas, constata-se que os dois seguem as diretrizes da BNCC com o objetivo principal de levar a educação financeira aos gestores, professores e alunos da rede de ensino fundamental e médio das escolas públicas do país.

Os programas são distintos quanto às suas formas de adesão, o programa Aprender Valor dispõe da validação direta a partir da adesão, sendo necessário incluir inicialmente a gestão escolar, logo após os professores e estes incluirão os alunos, para assim poder está tratando da temática e realizando projetos. Enquanto o programa Educação Financeira na Escola está destinado à formação dos professores, sem necessitar de adesão conjunta com a gestão escolar, basta o professor tomar conhecimento do programa e realizar a adesão na plataforma, após a conclusão do curso já é possível levar o conteúdo aos seus alunos.

O programa da CVM controla as informações da participação dos professores e da inclusão de projetos em sua plataforma. A inclusão de uma unidade escolar ocorre quando o professor que for realizar o seu cadastro no curso, adicionando as informações acerca do local em que atua, registrando a instituição de ensino. Para saber dos envolvimento dos alunos no programa o professor após sua conclusão no curso terá que transferir o conteúdo aprendido, propondo a realização de projetos que tenham conotação financeira. Dessa forma, os projetos produzidos pelos alunos serão identificados pelo órgão gerenciador do programa, sendo apresentado pela CVM e o MEC que utiliza as informações dos projetos ligando as relativas às instituições na conferência nacional de educação financeira realizada pelo FBEF.

Conforme as diretrizes da OCDE, os professores precisam ser o ponto central nos programas de educação financeira nas escolas e serem atraídos em todas as fases dos processos, sendo eles indispensáveis pois detém o conhecimento específico e o relacionamento direto com os alunos. Por isso, para que a educação financeira seja efetiva nas salas de aula, se faz necessário um posicionamento de professores interessados nesse tema tão importante, levando-os a formação adequada, reconhecimento e materiais apropriados (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

A importância dos programas em levar a educação financeira às crianças e adolescentes através de conteúdos escolares poderá trazer melhorias para o futuro dos participantes, uma vez que possibilita mudanças de comportamento em relação ao uso do dinheiro. No programa Aprender Valor, após a conclusão do curso a partir dos projetos escolares, os alunos passam por uma avaliação, essa avaliação faz com que as informações sejam controladas por cada instituição participante sendo usada na apresentação dos seminários anuais do BCB.

O programa Aprender Valor possui um cronograma anual com datas pré-determinadas desde a adesão até a fase final, onde é realizada a avaliação dos educandos. Fase esta que acontece após os processos educacionais aplicados por seus professores em cada unidade de ensino que aderiu ao referido programa. Já no programa da CVM, não existe período para cursar ou aderir, basta o professor realizar o cadastro na plataforma e cursar, após a conclusão, estará apto a aplicar em sala de aula junto aos alunos. Os cursos poderão ser realizados em qualquer período dentro do cronograma do ano letivo das instituições.

Cada programa utiliza das informações contidas em suas plataformas para esclarecer e guiar os participantes através de um passo a passo, assim como uma rede de apoio que foi criada para tirar as possíveis dúvidas, acionando caso necessário a equipe responsável.

O programa Educação Financeira na Escola disponibiliza materiais didáticos gratuitos para fazer download em sua página sem ser necessário aderir ao programa. O curso, por sua vez,

é realizado através da plataforma do SEBRAE. Diferente do programa Aprender Valor, que só após a adesão o participante poderá ter acesso ao material. A participação nos módulos de capacitação é certificada àqueles que concluírem ao menos 75% do curso.

As informações relacionadas aos resultados desses programas sobre os projetos e a participação das instituições de ensino, assim como os dados referentes ao número de participantes, e o seu desempenho, serão divulgadas na Semana Nacional de Educação Financeira, que acontece anualmente, onde são apresentados às instituições que atuaram na implementação da educação financeira. Sendo premiadas em forma de incentivo às escolas participantes com troféus no programa do BCB, ao programa da CVM em sua conta oficial no Tik Tok onde foi lançado um concurso sendo premiado os 10 melhores vídeos sobre fraudes financeiras.

Após a análise dos programas, percebe-se que embora tenham o objetivo de disseminar a educação financeira, falta divulgação de muitas informações importantes para o público-alvo. As informações acerca da adesão para a implementação deste conteúdo através desses cursos deveriam estar alinhadas com a recomendação da BNCC, não só para a introdução do conteúdo nas disciplinas, mas a adesão ao programa de referência de forma obrigatória ou mesmo uma proposta de unificar os programas para assim facilitar o processo educacional. Acredita-se que os idealizadores dos programas que compõem a comissão da ENEF, juntamente com o MEC, poderiam direcionar um processo mais preciso, sem necessitar de tantos programas, unindo esforços em um único programa de referência.

A ausência de publicação dos resultados também prejudica o acompanhamento das partes interessadas, que possivelmente poderiam ser estimuladas a adotar o programa após conhecer casos de sucesso das ações. Além disso, considera-se que a adição de uma disciplina sobre a educação financeira no currículo base, além da transversalidade, seja uma forma mais rápida e efetiva de levar alfabetização financeira às crianças e adolescentes do país.

#### **4.2 Avaliação dos Resultados dos programas de Educação financeira nas escolas brasileiras**

De acordo com as informações coletadas no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no site do Programa Aprender Valor, o Brasil possui 130.557 mil escolas públicas de ensino fundamental e médio, ativas no ano de 2021, dessas, somente 16.923 mil escolas estaduais e municipais aderiram ao programa Aprender Valor até o dia 28 de junho de 2022, representando 12,97% das instituições de ensino público. A Tabela 1 apresenta os dados de adesão ao programa Aprender Valor por estado. Conforme pode ser observado, o estado de

Pernambuco foi o que apresentou maior número de adesão ao programa, 1857 escolas no total, o estado de Rondônia, por sua vez apresentou a menor adesão com 25 escolas no total.

Tabela 1 - Adesão ao Programa Aprender Valor

<b>Estado</b>	<b>Escolas Estaduais</b>	<b>Escolas Municipais</b>
<b>Acre (AC)</b>	65	158
<b>Alagoas (AL)</b>	-	230
<b>Amapá (AP)</b>	201	56
<b>Amazonas (AM)</b>	2	200
<b>Bahia (BA)</b>	83	1054
<b>Ceará (CE)</b>	-	1406
<b>Distrito Federal (DF)</b>		116
<b>Espírito Santo (ES)</b>	8	325
<b>Goiás (GO)</b>	223	460
<b>Maranhão (MA)</b>	35	1102
<b>Mato Grosso (MT)</b>	50	115
<b>Mato Grosso do Sul (MS)</b>	176	176
<b>Minas Gerais (MG)</b>	9	870
<b>Paraná (PR)</b>	346	979
<b>Paraíba (PB)</b>	1	320
<b>Pará (PA)</b>	104	1744
<b>Pernambuco (PE)</b>	310	1547
<b>Piauí (PI)</b>	39	507
<b>Rio Grande do Norte (RN)</b>	2	184
<b>Rio Grande do Sul (RS)</b>	854	394
<b>Rio de Janeiro (RJ)</b>	-	332
<b>Rondônia (RO)</b>	10	15
<b>Roraima (RR)</b>	95	99
<b>Santa Catarina (SC)</b>	5	274
<b>Sergipe (SE)</b>	1	44
<b>São Paulo (SP)</b>	763	704
<b>Tocantins (TO)</b>	145	41
<b>Total de escolas adotaram o PAV</b>		16.923
<b>Total de Escolas no Brasil (Dados IBGE) 2021</b>		130.557
<b>Margem de adesão em % ano 2022</b>		12,97%

Fonte: IBGE, Aprender Valor (2022)

As informações acerca dos resultados do programa Aprender Valor são divulgadas após o término do ciclo e apresentadas em um seminário nacional organizado pelo BCB, onde é realizada uma conferência, convidando os Estados participantes para partilhar suas experiências e aprendizagem. Em decorrência da pandemia da covid-19 e a suspensão das aulas presenciais, a avaliação de impacto do programa Aprender Valor não ocorreu no ano de 2021, sendo suspensa e transferida para o ano de 2022 com previsão de divulgação dos resultados em março de 2023. Os resultados do programa da CVM/MEC, por sua vez, serão divulgados na 9ª edição da Semana Nacional de Educação Financeira, que será promovida pela Comissão de Valores Mobiliários, e acontecerá entre os dias 12 a 18 de dezembro de 2022.

Na ausência de resultados diretos dos programas analisados, foram analisadas outras fontes que pudessem apresentar algum indicativo sobre os efeitos das ações de educação financeira no país. Dessa forma foi verificado o teste do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), que é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela OCDE, que mede o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 aos 16 anos. São avaliados os conhecimentos e habilidades em ciências, matemática, leitura, resolução colaborativa de problemas, além do letramento financeiro dos estudantes.

Essas informações sobre o letramento financeiro dos estudantes brasileiros são importantes para inferir o impacto dos programas de educação financeira vigente no país, no entanto a avaliação do Pisa que estava programada para o ano de 2021 foi adiada para o ano de 2022, em virtude das dificuldades causadas pela pandemia da covid-19. Sendo assim, a última avaliação disponível é referente ao ano de 2018.

No Brasil foram avaliados 10.691 estudantes de 15 e 16 anos, matriculados em 597 escolas públicas no território nacional no ano de 2018, a classificação se deu por meio de cinco níveis compreensão, considerando a partir do nível 2 estudantes alfabetizados financeiramente, apontando que 44% dos estudantes tiveram a classificação abaixo do nível dessa capacidade de entendimento, que eles não conseguiram entender e identificar conceitos comuns sobre finanças, como tratar um orçamento simples do dia a dia, diferenciar as necessidades e desejos, como tomar uma simples decisão em um gasto diário onde eles tenham vivenciado, 28% dos estudantes conseguiram alcançar o nível de compreensão e menos de 2% do estudantes brasileiros alcançaram o nível 5, que de acordo com países que integram OCDE a média é de 10%.

De acordo com a OCDE (2018), os resultados do Pisa - 2018 mostram que o nível de educação financeira dos adolescentes do Brasil é baixo, visto que, quase metade dos jovens que participaram da avaliação sobre letramento financeiro, foram considerados analfabetos financeiros. Além do que, parte substantiva dos alunos possuem dificuldades em matemática ou em língua portuguesa, duas das habilidades relacionadas ao letramento financeiro. Já na visão geral, participaram do teste 117 mil estudantes dos 20 países participantes, uma representação de 13,5 milhões de jovens de 15 anos, o Brasil ficou na 17ª colocação, apesar disso, o desempenho dos jovens brasileiros alcançou 27 pontos a mais que na última avaliação, comparando o ano de 2015 para 2018. Foram abordadas questões envolvendo as seguintes temáticas: dinheiro e transações financeiras; planejamento e manejo das finanças; aplicações e o entendimento de conceitos e riscos e recompensas.

A avaliação apontou que, os fatores socioeconômicos dos jovens afetam sua relação

com o dinheiro, visto que, jovens com melhores condições econômicas apresentaram melhor desempenho no Brasil, com 98 pontos a mais, em média, que os jovens menos favorecidos na avaliação sobre a educação financeira. Nos outros países integrantes da OCDE, essa discrepância foi de 78 pontos.

O impacto do contraste socioeconômico para o aprendizado é mais um obstáculo a ser incorporado no esforço de aumentar a educação financeira aos jovens do país. A partir dessas informações, o Banco Central do Brasil elabora o relatório de cidadania financeira para verificar os avanços e o panorama da cidadania financeira no Brasil com a finalidade de identificar o progresso, as avaliações e os desafios encontrados para o fomento da cidadania financeira no Brasil, contribuindo para a evolução da agenda do BCB e suas estratégias (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2021).

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desta pesquisa foi realizar uma análise comparativa dos dois principais programas de educação financeira no Brasil por meio de plataforma EAD, a fim de identificar as implicações desses programas no cenário nacional e possíveis lacunas que, se solucionadas, possam contribuir para a ampliação da educação financeira no país. Para isso, realizou-se uma análise de conteúdo, reunindo as informações e resultados a partir dos programas analisados.

A partir da análise, foi possível perceber que após as fases de teste houve um crescimento no número de instituições participantes nos programas, mesmo com pouca divulgação, indicando que as gestões das escolas estão atentas à implementação da educação financeira seguindo as diretrizes da BNCC. Além disso, nota-se que a implantação do programa Aprender Valor depende essencialmente da gestão das instituições de ensino, caso a gestão não tenha esse olhar inovador possa vir a dificultar o uso do programa, considerando que as instituições de ensino e o programa seguem cronogramas distintos, isso pode ser visto como mais uma ação trabalhosa por parte da gestão, que pode optar apenas pela aplicação do conteúdo por parte dos professores nas disciplinas.

Os programas estão direcionados inicialmente à formação de professores para que estes possam aplicar os conteúdos em sala de aula. A ideia é que os estudantes alcançados pelos programas possam levar os conhecimentos adquiridos aos seus familiares. Assim, diante das demandas particulares de cada professor, poderão surgir dificuldades para que ocorra essa implementação normalmente, caso não tenha um trabalho mais direcionado por parte do governo

ao professor, com incentivo, com formação e qualificação, como o uso dos programas não são obrigatórios, não basta só lançar uma ideia, mas também dar condições para que essa seja aplicada da forma adequada.

Uma comparação entre as avaliações PISA de 2015 a 2018, mostrou uma melhoria significativa na pontuação dos participantes, os jovens brasileiros que participaram do teste Pisa 2018, aumentando 27 pontos a mais que a pontuação de 2015. Indicando um impacto favorável na aplicação da educação financeira no Brasil. Seja através dos programas ou através da implementação dos conteúdos propostos pelos professores. Esse resultado mostra a importância da propagação da educação financeira nas escolas seguindo as orientações de cada programa apresentado.

A participação dos alunos nos programas estudados possibilita o posicionamento da educação financeira no país, constatando-se ser necessário melhorar a posição do Brasil na classificação internacional sobre alfabetização financeira. Ainda assim, mesmo sendo uma projeção não obrigatória do uso dos programas, segundo as recomendações da BNCC, a inclusão da temática já é real e os professores devem introduzir o tema como conteúdo.

Com base na análise realizada, foi possível perceber que as informações sobre a execução dos programas nas escolas ainda não estão sendo disseminadas conforme esperado, dessa forma, para uma maior adesão por parte da sociedade estudantil, faz-se necessário uma divulgação mais ampla propagando a atuação dos programas Aprender Valor e Educação Financeira na Escola. A fim de garantir que os cidadãos possam tomar conhecimento e gerar interesse sobre a temática, uma vez que a população em geral, não possui conhecimento adequado sobre finanças pessoais, situação que possibilita o aumento de dívidas e outras dificuldades financeiras. As mudanças de comportamento a partir da participação nos programas gera transformações futuras. Uma nova proposta na lei, tornando a educação financeira em uma nova disciplina obrigatória pode facilitar esse processo.

Embora o objetivo proposto tenha sido alcançado, a presente pesquisa apresenta algumas limitações. A principal delas está associada à dificuldade de obter informações sobre a implementação e os resultados dos programas analisados, assim como informações gerais sobre o nível de educação financeira no país. Além disso, boa parte das publicações previstas foram adiadas devido às dificuldades provocadas pela pandemia da covid-19.

Por fim, sugere-se que sejam realizadas pesquisas futuras sobre como as famílias lidam com as informações que os alunos tiveram acesso a partir dos programas de educação financeira na escola e quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos na aplicação do tema em disciplinas distintas. Pode ser interessante ainda, investigar o fomento à educação financeira nas escolas por

meio da transversalidade e uma possível análise sobre a educação financeira nas escolas e a sustentabilidade.

## REFERÊNCIAS

APRENDER VALOR. **programa Aprender Valor. [S. l.], 2019.** Disponível em: <<https://aprendervalor.caeddigital.net/#!/programa>>. Acesso em: 24 jul.2022

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cidadania Financeira. **Educação Financeira nas Escolas: Desafios e Caminhos.** [S. l.], 2018. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art8\\_educacao\\_finaceira\\_escolas.pdf](https://www.bcb.gov.br/nor/releidfin/docs/art8_educacao_finaceira_escolas.pdf)>. Acesso em: 25 set.2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Cidadania Financeira, 2021.** Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/RIF/Relatorio\\_d\\_e\\_Cidadania\\_Financeira\\_2021.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/RIF/Relatorio_d_e_Cidadania_Financeira_2021.pdf)>. Acesso em: 28 jul.2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comunicado FBEF N° 1, de 20 de maio de 2021.** Divulga princípios e diretrizes para a implementação da Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). 2021. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/comunicado-fbef-n-1/2021-de-20-de-maio-de-2021-321333672>>. Acesso em 11 jul.2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório do Fórum Brasileiro de Educação Financeira, 2021.** Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/comunicados/FBEF-Relatorio-2022.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/comunicados/FBEF-Relatorio-2022.pdf)>. Acesso em 25 jul.2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comunicado FBEF N° 2, de 25 de agosto de 2021.** Divulga Plano de Ação do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF) para a implementação da Nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/comunicados/FBEF-Comunicado-02-2021.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/comunicados/FBEF-Comunicado-02-2021.pdf)>. Acesso em 12 jul.2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comunicado FBEF N° 3, de 30 de maio de 2022.** Divulga Relatório Anual do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/comunicados/FBEF-Comunicado-03-2022.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/comunicados/FBEF-Comunicado-03-2022.pdf)>. Acesso em: 18 jul.2022.

BANCO MUNDIAL. **O impacto da educação financeira no ensino médio: evidências experimentais do Brasil.** 2013. Disponível em: <<https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/753501468015879809/the-impact-of-high-school-financial-education-experimental-evidence-from-brazil>>. Acesso em: 2 ago.2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. 1988. Disponível em:

<[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 8 jul.2022.

BRASIL, **Decreto no 10.393, de 9 de junho de 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBFEF. Constituição [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, art. 84, caput, inciso VI, alínea “a”, da Constituição. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10393.htm)>. Acesso em: 6 jul.2022.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 8 jul.2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **CVM e MEC lançam plataforma para capacitar meio milhão de professores em Educação Financeira**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/noticias/cvm-e-mec-lancam-plataforma-para-capacitar-meio-milhao-de-professores-em-educacao-financeira>>. Acesso em: 10 ago.2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Fórum Brasileiro de Educação Financeira**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/centrais-de-conteudo/noticias/forum-brasileiro-de-educacao-financeira-fbef>>. Acesso em: 07 jul.2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Final. 18. ed. [S. l.], 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 8 jul. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino de educação financeira é importante para desenvolvimento de crianças e adolescentes**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/58211-ensino-de-educacao-financeira-e-importante-para-desenvolvimento-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 15 jul.2022.

CÂMARA, Rosana. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**.: Revista Interinstitucional de Psicologia, [S. l.], v. 6, p. 179-191, 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202013000200003&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1983-82202013000200003&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 12 ago.2022.

CUNHA, Márcia Pereira. **O Mercado Financeiro Chega à Sala de Aula: educação financeira como política pública no Brasil**. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 41, e218463, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/L9qwW5jc6b5qrfFgxDbgyxt/?lang=pt>>. Acesso em: 20 jul.2022.

DORNELAS, F. J., TEIXEIRA, F. ADA COSTA, R. F. M., JÚNIOR, W. L. DOS S., & SOUZA, L. M. 2014. **Educação Financeira: Aprendendo a lidar com dinheiro**. *Raízes e Rumos*, 2(1).

FANTIN, Lucas Alfredo de Brito. **Ações do estado para a promoção da educação financeira: uma análise da estratégia Nacional da Educação Financeira - ENEF**, São Paulo 2020. Disponível em: <<https://dspace.mackenzie.br/bitstream/handle/10899/26571/Lucas%20Alfredo%20de%20>

OBrito%20Fantin.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 9 jul.2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 6. São Paulo: Atlas, 2019.

Glazier, J. D. & Powell, R. R. 2011 *Qualitative research in information management*. Englewood: Libraries Unlimited.

GROHMANN, Antonia; KLÜHS, There 's; MENKHOFF, Lukas. **Does Financial Literacy Improve Financial inclusion? Cross Country Evidence**. World Development,[S.l.],v.111, p.84--96, 2018. DOI:10.1016/j. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X18302122>>. Acesso em: 27 set.2022

HOFFMANN, Alvir Alberto. **Educação Financeira. Banco Central do Brasil. Diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil Presidente**, 2016. ASBA – Asociación de los Supervisores Bancarios de las Americas, Brasil.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Escolar - Sinopse**, 2021. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/13/5908>>. Acesso em: 10 ago.2022.

MODERNELL, Álvaro. **Educação financeira no Ensino Fundamental I: desafios e possibilidades**. 2014. Disponível em: <[http://www.edicoessm.com.br/sm\\_resources\\_center/somos\\_mestres/formacaoreflexao/educacao-financeira.pdf](http://www.edicoessm.com.br/sm_resources_center/somos_mestres/formacaoreflexao/educacao-financeira.pdf)>. Acesso em: 15 jul.2022.

OCDE. **Recomendação do Conselho sobre Alfabetização Financeira. Instrumentos Jurídicos da OCDE. 2020**. Disponível em: <<https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0461>>. Acesso em 10 ago.2022.

OCDE. **Resultados do Pisa, 2018**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/pisa/PISA%202018%20Insights%20and%20Interpretations%20FINAL%20PDF.pdf>>. Acesso em: 25 jul.2022.

POTRICH, Ani C. G.; VIEIRA, Kelmara M.; KIRK, Guilherme, 2015. **Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas**. R. Cont. Fin– USP, São Paulo, v. 26. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1808-057x201501040>>. Acesso em: 30 set.2022.

REY, F. L. G. **Subjetividade, cultura e investigação qualitativa em psicologia: a ciência como produção culturalmente situada**. 2013. Subjectivity, culture and qualitative research in psychology: the science as a culturally given production. Liminales. Escritos sobre psicología y sociedad, 2(04), 1336.

ROSSETTO, J. C. **Educação financeira crítica: a gestão do orçamento familiar por meio de uma prática pedagógica na educação de jovens e adultos**. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências Exatas) - Programa de pós-graduação em Ensino de Ciências Exatas. Universidade do Vale do Taquari - Univates, Lajeado. 2019. Disponível em: <<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/2490/1/2018JulioCesarRossetto.pdf>>.

Acesso em: 27 set.2022.

VIDA E DINHEIRO. **Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF**, 2017.

Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/>>. Acesso em: 10 jul. 2022.